

## A História do Norte da América do Sul: Brasil, Guianas e Suriname.

IURI CAVLAK<sup>1</sup>

### 1) Introdução:

Talvez uma das regiões do país em que nossa historiografia menos se debruçou até agora foi o extremo norte, especificamente as áreas que correspondem atualmente aos Estados do Amapá e Roraima. Para o pesquisador brasileiro que trabalha com história da América, chama a atenção ainda mais a falta de estudos sobre os países que conformam o restante da região e perfazem fronteiras com o Brasil, tais como a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa (essa última um estado não independente pertencente à França). Uma falta de estudos que incomoda os interessados, até porque nos anos 1990 estruturaram-se duas importantes universidades públicas – Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), onde cursos de História passaram a reclamar estudos sobre a realidade local de um ponto de vista diacrônico. Nos últimos anos, o bacharelado de Relações Internacionais igualmente inaugurou-se em ambas, e a questão das fronteiras, acordos internacionais, a diplomacia enfim, se viu vilipendiada pela ausência de uma massa crítica de produção do conhecimento histórico que respaldasse e estimulasse o interesse de discentes, docentes e os intelectuais como um todo.<sup>1</sup>

São vários os fatores explicativos para a relativa falta de interesse dos historiadores brasileiros sobre a região. A começar pelo tipo de colonização e povoamento, de predominância inglesa, francesa e holandesa, engendrando determinados problemas não pertinentes para a maioria das análises sobre a América portuguesa e espanhola. As conjunturas envolvidas na independência política, Estado oligárquico, democracia populista e golpes militares padecem da falta de sincronia

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

histórica nesse platô das guianas. Também a densidade demográfica e o papel geopolítico desses países na economia de mercado, muito abaixo dos congêneres sul-americanos e mais articulados com a América Central e o Caribe.

No caso do Amapá e Roraima acrescenta-se sua juventude na formação nacional, somado a falta de arquivos e a fixação de historiadores nos territórios. A Universidade pública, a única que realmente faz pesquisa, é recentíssima nesses Estados, e até pouco tempo o historiador trabalhava no lugar somente enquanto não lograsse uma posição em outras instituições de ensino superior com melhor estrutura.

Malgrado essa situação, a realidade vai tornando cada vez mais premente o interesse acadêmico na história local. Por exemplo, a imbricação das respectivas populações: estima-se que na Guiana habitem cerca de 30 mil brasileiros, na imensa maioria garimpeiros a procura de ouro e diamantes, numa população total em torno de 800 mil. (LIMA, 2011, p. 19). Na Guiana Francesa a estatística é ainda mais significativa, em torno de 70 mil numa população de apenas 220 mil, quase um terço dos indivíduos, implicando, em termos relativos, a maior comunidade brasileira no exterior. (AROUCK, 2002, p. 33) Por outro lado, também relevante é a presença de guianenses no Brasil, sobretudo em Roraima, em torno de 12 mil em fluxo de chegadas e partidas. (VERAS, 2012, p. 16.). No Suriname, numa população de 560 mil habitantes, estima-se o mínimo de 15% de brasileiros, também em condições de muita mobilidade. (PROCÓPIO, 2007, p. 102).

Um aspecto disso é a instabilidade formal dos marcos lindeiros. Embora fixado por tratados estabelecidos no início do século XX, a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa sofre contestação por políticos desse departamento francês de ultramar, bem como partes do território de Roraima pela Guiana. Essa última ainda possui 70% de sua soberania espacial reivindicada pela Venezuela e o Suriname. (LIMA, 2012, p.16). Interessante assinalar que são 1.605 km de fronteira do Brasil somente com a Guiana, significando um espaço maior que o relativo a Argentina (1.236 km), Paraguai (1.365) e Uruguai (1.068 Km) (LIMA, 2012, p. 17).

Com efeito, a abordagem enfeixada na História Transnacional me parece pertinente para problematizar a formação histórica em apreço. Sobre esse método, importa dizer que deriva da História Comparada e das Histórias Conectadas, estilos

desenvolvidos com o avançar do debate historiográfico no século XX. Em uma pesquisa sob o escopo da transnacionalidade, o destaque incidiria na “exaltação da história da humanidade pensada sem fronteiras, enfatizando as redes, os processos, as crenças e as instituições, transcendendo o espaço nacional” (PRADO, 2012, p. 14). Ou seja, para além de comparar o desenvolvimento histórico dos países ou pensá-los de forma simultânea, problematizar a própria gênese e desenvolvimento através da multiplicidade e das redes, inter-relacionando e imbricando as principais determinantes do passado. Um conjunto de problemas deveras discutido no Projeto Temático FAPESP: *Cultura e Política nas Américas: Circulação de Idéias e Configurações de Identidades (séculos XIX e XX)*, ocorrido na Universidade de São Paulo sob a coordenação de Maria Ligia Prado, onde tive a honra de participar entre os anos de 2006 e 2010.

Desde o início de 2012 coordeno a linha de pesquisa *Fronteira e Transnacionalidade*, estruturada junto ao Colegiado de História da UNIFAP e ao curso de especialização de *História e Historiografia da Amazônia*. Nesse momento da investigação, estou levantando bibliografia e fontes nos EUA, objetivando futuramente o desenvolvimento de um estágio pós-doutoral na *New York University*, sob a supervisão de Bárbara Weinstein. Igualmente venho estreitando vínculos com a UFRR, dialogando com os docentes do curso de História e de Relações Internacionais, bem como com o Instituto de Estudos Superiores da Guiana Francesa e a Universidade da Guiana.

Com a mais recente etapa de internacionalização dos mercados, dos anos 1990 em diante, a economia e a política entre esses países ganharam novas determinações, lançando iminentes desafios também para a história do tempo presente. Neste artigo, me limito a discorrer brevemente sobre alguns aspectos de meu estudo, destacando a história das Guianas e do Amapá.

## 2) A Formação Histórica: o transnacional.

Desde o início das grandes navegações que essa chamada “Amazônia Caribenha” foi sendo explorada e povoada por diversos povos europeus, com destaque para os ibéricos, ingleses, franceses e holandeses, de sorte que a unificação diante de uma mesma soberania facilitou o espraiamento multinacional na região.<sup>ii</sup> Em 1581, com a emancipação de grande parte dos Países Baixos do domínio hispânico, os conflitos se apresentaram mais agudos.

Um momento importante desses primórdios foi a busca do mito *El Dorado*, sobre uma cidade amazônica infestada de palácios de diamantes circundada de ruas e rios cobertos de ouro. O mito impulsionou a corrida de exploradores de várias nacionalidades pelo Amazonas, como o espanhol Lope de Aguirre e o inglês Walter Raleigh, bem como pioneiros holandeses. Esses últimos, navegando pelos rios *Essequibo* e *Orinoco*, estabeleceram contato e um pequeno comércio com os ameríndios, por volta de 1615, fundando seis anos depois a famigerada Companhia Holandesa das Índias Ocidentais e Orientais. De acordo com Reginaldo Gomes de Oliveira, nesse período os espanhóis ocupavam a região do que seria a Venezuela, enquanto os portugueses povoavam o Grão-Pará, ambos desconhecendo o *Essequibo* holandês (OLIVEIRA, 2012, p.2). Por outro lado, Arthur César Ferreira Reis relatou que nesses anos já acontecera entreveros armados com os luso-brasileiro, em batalhas de portugueses e espanhóis na expulsão dos holandeses e ingleses por várias oportunidades durante o século XVI, sendo as mais importantes nos anos de 1616, 1623, 1625, 1629, 1631, 1639 e finalmente em 1648, quando desapareceu a última posição holandesa na região de Macapá (REIS, 1985, p. 261). Com o saldo de centenas de mortos e feridos, as tropas luso-brasileiras conseguiram empurrar os estrangeiros para uma estreita faixa de terra setentrional do continente, sendo que o Tratado de Vestifália (1648) legalizou a posse holandesa (OLIVEIRA, 2012, p. 15). Em 1667, outro tratado desalojou os ingleses na região do atual Suriname, estabelecendo também naquele lugar a soberania batava.

O interesse dos holandeses na América do Sul havia sido dirigido mais fortemente para o nordeste brasileiro, em busca do comércio açucareiro. De lá expulsos em 1640, passaram a valorizar o extremo norte (BOXER, 1961). Também os franceses por motivos econômicos e político pleitearam um lugar em solo português na América,

tendo igualmente perdido suas posições no Rio de Janeiro, em 1560, e no Maranhão, em 1615. Nas regiões das guianas fundaram Caiena em 1634, logrando então a permanência de seus colonos no subcontinente americano.

Na virada do XVI para o XVII, ao longo do Rio *Essequibo* (Guiana), habitavam 66 europeus e 854 escravos, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, plantando cana de açúcar, cacau, café e indigo. Em um relatório da Companhia, datado de 1735, identificam-se de 25 a 30 fazendas, com cerca de 3 europeus e 30 escravos em cada uma, num total aproximado de 3 mil pessoas. Mais ao leste, no lugar que hoje é o Suriname, por volta de 1715 existia 200 propriedades com 12 mil escravos. (OLIVEIRA, 2012, p. 21). No mesmo período, mais ao sul, nas possessões portuguesas, havia 80 núcleos urbanos e 21 estabelecimentos militares, contando quase 100 mil pessoas – relativas ao Amazonas e ao Pará. (REIS, 1985, p. 271). Para o Amapá e Roraima, os números giraram em torno de 30 mil indivíduos entre brancos, negros libertos e escravos. (REIS, 1985, p. 279).

Em 1637, foi criada a Capitania do Cabo Norte, pela doação das terras do futuro Amapá para o donatário Bento Maciel Parente, não as sendo aproveitadas nem por esse nem por sua descendência. Assim, a capitania permaneceu virtualmente abandonada até o início das políticas pombalinas para a região em 1750, quando através do governo geral do Pará, e irmão do Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a colonização da vila de Macapá passou a ser organizada. Cerca de 500 portugueses da Ilha dos Açores foram enviados para esse remoto território português na linha do Equador (MARIN, 1999, p. 39). Vivendo do extrativismo, da pesca e de uma agricultura de subsistência, os pioneiros se engajaram na construção da famosa Fortaleza de São José de Macapá, levada a cabo entre 1764 e 1782 - erguida com mão de obra escrava indígena e negra.

Sem acesso terrestre ao Pará (até hoje), a região amapaense desenvolveria uma intensa ligação com a região das guianas, história que está ainda por ser pesquisada. O historiador Flavio dos Santos Gomes demonstrou a existência na época de mocambos e quilombos transnacionais, envolvendo o estabelecimento de povoações formadas de escravos, índios e brancos pobres fugitivos das soberanias européias nessas plagas. (GOMES, 1999, p.236). Um exemplo individual – e pitoresco

- dessa rede seria o do francês Barão de Hogoritz, fugitivo de Caiena por causa da Revolução Francesa; em 1798 estava no Suriname estudando as possibilidades de estabelecer-se como comerciante no Pará, enquanto era sustentado pelas rendas de sua fazenda na Guiana Francesa, remetidas a eles pelos escravos que se apossaram de suas plantações (CARDOSO, 1987, p. 78).

Em 1755, comerciantes e fazendeiros paraenses descontentes com a política pombalina de alforriar os índios, enviaram um pedido a Luis XVI para que esse anexasse o Cabo Norte ao império francês de ultramar (CARDOSO, 1984, p. 152). Depois disso, políticos de Belém traçaram planos para trazer a Guiana Francesa para sua jurisdição. (REIS, 1985, p. 285). Finalmente, com as guerras napoleônicas e a fuga da família real portuguesa para o Brasil foi formado um exército de luso-brasileiros e ingleses que invadiram a Guiana Francesa e a ocuparam em 1809. A ordem inicial da Coroa portuguesa fora arrasar esse território, ao ponto de desestimular qualquer tentativa futura de retomada dos franceses. Porém, a opção das tropas recém chegadas foi de desenvolver a colônia, enriquecendo-a e tornando-a atraente para a expansão econômica, muito por conta da ligação antiga entre guianenses e luso-brasileiros. Com a conquista portuguesa efetivada, abriu-se um período de “livre comércio colonial”, com o virtual desaparecimento das tarifas aduaneiras, dado que naquele momento a Inglaterra dominava a outra Guiana e grande parte do Suriname, e as vantagens da abertura dos portos de 1808 foram para lá estendidas.

O administrador da ocupação portuguesa na Guiana Francesa, Antonio Maciel da Costa, argüindo a opinião de vários coetâneos, escreveu em 1812 um interessante arrazoado a D. João VI, sugerindo que esse oferecesse aos ingleses e franceses as colônias portuguesas da Ásia e da África em troca dessas terras americanas (CARDOSO, 1984, p. 296). Não obstante, com a deposição de Bonaparte o monarca português cedeu na devolução da Guiana para a França.

Uma faixa de terra permaneceu litigiosa entre a França e o Brasil, o que levou ambos a declararem território neutro, entre os rios Araguari e Oiapoque, a partir de 1841. Os moradores desse lugar não estiveram sujeitos a nenhuma jurisdição externa, o que de certa forma incentivou invasões francesas, com relatos da fundação de uma caricata Republica do Cunani no Amapá com sede em Paris (QUEIROZ, 1999, p. 321).

Em 1895 de fato tropas francesas sitiavam Macapá, sendo rechaçadas pela guarnição brasileira, até que em 1905 saíria o Laudo Suíço, estabelecendo definitivamente as fronteiras em prol das posições defendidas pelo Barão do Rio Branco.

Os holandeses, por seu turno, foram perdendo posições nas guerras entre os Estados modernos no antigo sistema colonial. Assim, a Grã-Bretanha assumiu o controle de uma das guianas em 1796, para lá permanecer até 1966. Em troca os holandeses manteriam sua posição no Suriname até 1970. Interessante que, diferente de outros casos, a colonização na Guiana se deu do interior para o litoral e não o contrário, dado que as plantações de açúcar se fixaram primeiramente no interior para somente num segundo momento se deslocar para a costa e conseqüentemente povoá-la. (CARRICO, 2012, p. 10). Eram três colônias pertencentes aos holandeses, *Essequibo*, *Demerara* e *Berbice*, oficialmente entregues ao governo britânico em 1814 durante a Convenção de Londres.

Em 1823, a Guiana foi palco de uma extraordinária revolta escrava negra, onde se somou a tradição africana com as noções de direito adquiridos advindos tanto da prática cotidiana de resistência, quanto da pregação dos missionários e do movimento abolicionista inglês (COSTA, 1998). Em 1831, após vários tratados, esse território, composto por algumas cidades e diversas fazendas de açúcar, se unificou sob a soberania plena da Inglaterra, passando a se chamar Guiana Inglesa.<sup>iii</sup>

Com a abolição da escravidão em 1834, a Coroa britânica estimulou a imigração de mão de obra de outros lugares, com destaque para indianos, chineses e javaneses que, juntos com a população descende de escravos, compuseram o maior extrato da população guianense.

### 3) O Século XX e o Estado:

Em 1946 um grupo de jovens militantes comunistas engendrou o *Political Affairs Committee*, agremiação com o escopo de difundir o pensamento marxista e lutar pela independência da Guiana. Esse grupo fundou, em 1951, o Partido

Popular Progressista, de formação multirracial, apresentando-se como defensor do ideário socialista e propugnando, além da questão nacional, a encampação das indústrias, reforma agrária e apego ao bloco soviético.

Por outro lado, intentando uma descolonização pacífica, os ingleses foram concedendo cada vez mais liberdade para o território, arrefecendo a radicalidade do movimento. A elite britânica reforçou a cooptação das lideranças guianenses com cargos públicos e outras benesses, reprimindo os ativistas mais combativos. A parca bibliografia existente em língua portuguesa não investiga suficientemente este período bastante tensionado politicamente. Sabe-se que os Estados Unidos liberaram documentos a respeito, produzidos por seus órgãos de espionagem (LIMA, 2012, p. 50). Com o crescimento do movimento popular, a coroa britânica, após gestões do Departamento de Estado, enviou o Duke de Kent para Georgetow, em 26 de maio de 1966, realizando-se a cerimônia oficial em que a Inglaterra reconheceu oficialmente a independência da Guiana (LIMA, 2012, p. 51).

A partir de então a história política desse país se caracterizou por *zigzagues* espetaculares em relação aos Estados Unidos e ao Brasil. Até 1970, foi alinhado a Washington, recebendo aportes financeiros da Aliança para o Progresso, caracterizando a ditadura brasileira como reacionária e fascista. Porém, com uma mudança na classe dirigente no poder, rompeu com os norte-americanos, tentando aproximação com o bloco socialista, advogando a causa da readmissão de Cuba na OEA (Organização dos Estados Americanos), apoio ao MPLA (Movimento para a Libertação de Angola) e aos palestinos contra Israel. O país trocou até o nome, passando a se chamar República Cooperativa da Guiana, e o Brasil a ser visto como um parceiro a ser valorizado, obtendo inclusive de Brasília um empréstimo de 10 milhões de dólares em 1976. (LIMA, 2012, p.56).

Naquela altura, a economia guianense era dependente da exportação do açúcar e de bauxita por intermédio de multinacionais norte-americanas e canadenses, havendo uma onda de nacionalizações em que o governo chegou a controlar 80% da economia (LIMA, 2012, p. 54). O resultado mais visível foi a desorganização da produção, com o recuo dos índices em quase todos os ramos e um processo de desindustrialização. A marca da década de 1980 foi a emigração em massa dos



guianenses para a Europa, Estados Unidos e até o Brasil, sangrando o país com a perda de quadros técnicos.

A Guiana adentrou o lustro seguinte em grande crise econômica, adotando as reformas neoliberais sugeridas pelo FMI e tentando se apegar cada vez mais, do ponto de vista de sua política externa, aos vizinhos da América do Sul e do Caribe. (em Georgetown a sede da Comunidade do Caribe, CARICOM). Em 1998, o país assinou com o Brasil a “Organização do Tratado de Cooperação Amazônica” (OTCA), um acordo para atualizar e dinamizar o antigo tratado de 1978. Em setembro de 2009 foi inaugurada a ponte binacional sobre o Rio Tacucu, divisa com Roraima, símbolo da integração que se quer programar. As estatísticas inclusive demonstram o incremento comercial das trocas, com a promessa do governo Lula naquele ano de construir uma hidrelétrica em solo guianense, e a visita de técnicos da construtora Andrade Gutierrez, produzindo estudos sobre a viabilidade de obras na capital. (LIMA, 2012, p. 115). Não obstante, o fluxo comercial ainda é diminuto se comparado a totalidade da pauta, com predomínio absoluto da importação de produtos brasileiros pela Guiana.

Na busca de parceiros, o subdesenvolvido país assinou com o Irã um tratado que franqueou à nação árabe o mapeamento das reservas de urânio, estimadas em 7,1 milhões de kilos. Além disso, é grande a presença de grupos chineses na aferição das reservas de petróleo, que estima-se em ótima quantidade. (PROCOPIO, 2008, p.108.). Com isso e os quase 100 mil muçulmanos vivendo no país torna a Guiana um ponto de preocupação na geopolítica contemporânea.

Igualmente questões geopolíticas desempenharam fundamental papel na interface entre a Guiana Francesa e o Amapá. Quando da elevação da região de Macapá, então pertencente ao Pará, ao estatuto de território federal em 1943, um dos argumentos foi que a Alemanha nazista poderia dominar a França e efetivar uma cabeça de ponte na América via Guiana Francesa, daí a militarização da área. No momento em que as ligações entre essa última e a metrópole foi cortada durante o conflito, incrementou-se sobremaneira o comércio entre Caiena – Macapá – Belém, carne e bois brasileiros em troca de ouro guianense, reforçando a ligação da colônia com o universo sul-americano.

Em 1946, em parte respondendo ao ideário nacionalista local, a França mudou o status da colônia para Estado ou Departamento, efetivando uma curiosa “descolonização sem independência”. A Guiana Francesa doravante seria um pedaço da França republicana, usufruindo da legislação trabalhista, previdência social e salários que até então só poderia ser auferidos pelos nascidos na metrópole.<sup>iv</sup> A presença *de facto* da França na América do Sul recrudescer a preocupação para os países da região, exacerbado pelos receios que o ideário da Guerra Fria encerrava. Em 1948, a OEA denunciou essa “projeção indevida” européia no continente, com a abstenção apenas da República Dominicana, Estados Unidos e Brasil.

Nos anos de 1960 o relacionamento entre a Guiana Francesa e o Brasil ganhou novos desdobramentos. O triunfo da Revolução Cubana e a independência da ex-Guiana inglesa levaram os militares brasileiros a dilatar seu interesse na região, porta de entrada para a ameaça de subversão advinda do Caribe. Em 1964-1965 foi construída a 50 km de Caiena a Base Espacial de Korou, levando centenas de brasileiros, muitos deles formados em universidades do sudeste, a emigrar em busca de melhores condições salariais (AROUCK, 2002, p. 103). Nos anos 1970, veio a tona um movimento pela independência da Guiana Francesa, o que provavelmente causou extrema preocupação no Brasil, sendo uma outra conjuntura a merecer estudo.

A partir de 1988, com a transformação do Amapá de território para Estado, pavimentou-se um salto qualitativo na intersecção histórica entre a Guiana Francesa e o Brasil. Em 1996, em Paris, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou com Jacques Chirac o primeiro acordo bilateral de cooperação que contemplou parcerias efetivas entre esse Estado francês e o Amapá. Entre elas destaca-se a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, pronta em fevereiro de 2012 mas ainda não inaugurada, única ligação por terra entre ambos, o projeto de abertura comercial chamado Arco Norte, articulando a Guiana Francesa, o Amapá e Roraima, e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Para Stéphane Granger, “a Guiana Francesa está agora integrada em projetos regionais, reconhecida como interface entre Europa e América do Sul” (GRANGER, 2012, p. 79). No plano do simbólico isso se nota em Macapá pela presença do idioma francês no sistema escolar, na sinalização municipal e nos pontos turísticos.

No Amapá o cenário foi se transformando e ganhando novos contornos sensivelmente no século passado. Nos anos de 1920, de triste lembrança foi a utilização do Oiapoque como desterro de presos políticos da República Velha, a famigerada colônia penal de Clevelândia do Norte. Em 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, efetivamente a Amazônia Oriental virou um problema de Estado, com projetos de colonização, exploração econômica e ocupação militar (LEAL, 2011). As Constituições Federais de 1934 e 1937 passaram a considerar as áreas do norte da Amazônia como de segurança nacional, prevendo critérios para que algumas regiões se tornassem território.

Com o advento da Segunda Guerra, essa região recobriu-se de importância não só pelos produtos estratégicos como a borracha, senão como *locus* para a presença militar dos Estados Unidos. Em 1942 foi construída na cidade de Amapá, distante 100 km de Macapá, uma base aérea para uso exclusivo de suas forças armadas. Um ano depois, em 13 de setembro de 1943, o Estado brasileiro criou juridicamente o território federal do Amapá.<sup>v</sup>

A primeira mudança significativa foi a transferência de soberania, de uma região e de uma população que respondia a administração do Pará e passava a ser subordinada diretamente ao governo federal. Naquela época cerca de 21 mil pessoas habitavam o território, vivendo da pesca e do extrativismo (SANTOS, 1998, p. 15). Apenas três municípios existiam, Macapá, Mazagão e Amapá.

Somente uma década após a criação do território o Amapá protagonizou seu primeiro grande empreendimento econômico, a exploração do manganês. Sabia-se desde os anos de 1930 que a região tinha potencial excelente para a mineração. Assim, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), no segundo governo Vargas, em 1953, licitou-se as reservas para a exploração privada, conquistando esse direito a ICOMI (Indústria de Comércio de Minério), uma empresa mineira de capital misto com a norte-americana *Bethlehem Steel Corporation*. Ocorreu importante debate local e regional acerca dessa entrega da exploração do manganês ao setor privado, outro assunto pouco estudado.

A ICOMI permaneceu em atividade até 1998, produzindo um enorme impacto na vida social amapaense, sendo responsável pela construção de estradas de

ferro e a modernização do porto, hoje localizado no município de Santana, e a exploração maciça da força de trabalho local e de centenas de nordestinos que chegaram no decorrer da segunda metade do século XX. Foi alvo de uma CPI estadual nos anos 1992/1993, reflexo do grau de participação da empresa na política e na economia.

Nos anos 1970 foi instalado o segundo e último grande empreendimento no território, o Complexo Industrial do Jarí, de propriedade do milionário norte-americano Daniel Ludwig, responsável pela produção de celulose e alimentos. Essa empresa contou com enorme auxílio da SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), criada em 1966 para substituir a antiga SPVEA.

Em 1988, com a nova constituição, o território do Amapá foi elevado para condição de Estado, elegendo governadores, deputados federais e senadores. Atualmente, a população amapaense chega a 684 mil, sendo 527 mil habitando regiões metropolitanas, 415 mil em Macapá. O Estado possui mais de 80% de área preservada, indicando uma tímida exploração econômica. O comércio e o funcionalismo público denotam a principal atividade (85%), seguido pelas indústrias (9,9%), compostas de serrarias, olarias e madeireiras. A agricultura significa 4,3% da economia, sendo a maioria dos alimentos importados de regiões vizinhas.

#### 4) Conclusão:

Diversos períodos da história da região setentrional da América do Sul se encontram ainda pouco estudados. A meu juízo, chama atenção a falta de materiais sobre o início da colonização, no século XVI, todo o século XIX e a primeira metade do século XX, problemas que intentarei enfrentar no decorrer da pesquisa. *Grosso modo*, trata-se de uma região que a historiografia nacional pouco se debruçou como um todo até o momento, podendo-se vislumbrar interessantes possibilidades de investigação.

Neste sentido, as breves reflexões deste artigo tiveram como escopo indicações sobre a formação histórica transnacional do extremo norte da América do Sul. Embora mais presente na época colonial, as conexões políticas e econômicas

continuaram no século XX, sublinhadas ultimamente pelas novas demandas globalizadas.

Forçoso reconhecer a dificuldade no trabalho com as fontes, por conta de seu espalhamento por vários países e precariedade de alguns arquivos. Sobre as Guianas e o Suriname muitos registros encontram-se nas antigas metrópoles e nos Estados Unidos. Os próprios países aqui enfocados ainda carecem de uma produção historiográfica de porte, pois falta financiamento e fundos documentais organizados.

No Amapá essa realidade não se faz diferente, dado que o Estado não conta com arquivo público. Os registros sobre a histórica local estão no Rio de Janeiro e em Belém, distantes sobremaneira para que estudantes de graduação tenham acesso. Como as bolsas de estudos são minguadas, a investigação em nível de pós-graduação se vê também prejudicada.

Enfim, dificuldades que nós especialistas em História da América enfrentamos no norte do Brasil, fato que, paradoxalmente, nos estimula a desenvolver novos temas e possibilidades para reversão desse quadro.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> A Universidade Federal de Roraima, a Universidade Federal do Amapá e o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, para ficar na esfera local de análise, vêm produzindo e divulgando ultimamente pesquisas de qualidade sobre essa região setentrional do subcontinente. Forçoso reconhecer que a participação de historiadores é marginal se comparada aos cientistas sociais, antropólogos e geógrafos.

<sup>ii</sup> O termo foi destacado por Argemiro Procópio. Numa definição mais sintética, temos: “O conceito de Amazônia caribenha” tem conotações múltiplas: para alguns seria a área de interseção cultural entre as regiões da Amazônia e do Caribe, para outros corresponde ao perímetro geográfico do planalto das Guianas, rotulado de Ilha das Guianas, formado pela Guiana portuguesa ou brasileira (Roraima, Amapá e parte do Amazonas e do Pará), pela Guiana espanhola ou venezuelana (Guayana, Bolívar e Amazonas), pela Guiana britânica (República Cooperativa da Guiana), pela Guiana holandesa (Suriname) e pela Guiana francesa. In: LIMA, Erick Cavalcanti Linhares. *Política Externa do Vizinho Distante: Estudo de Caso da República Cooperativa da Guiana*. Brasília, Tese de Doutorado, Unb, 2011. p. 19.

<sup>iii</sup> Segundo Lima, “o nome Guyana, com “y” era utilizado pelos holandeses, quando da colonização. Os ingleses preferiram a forma latinizada “Guiana”, denominando sua colônia British Guiana. Após a proclamação da República, como forma de afirmar a identidade nacional, o governo adotou a denominação atual de Guyana (leia-se Guay-ana)”. O nome vem do indígena Wayana, terra de muitas águas. (LIMA, 2012, p. 20).

<sup>iv</sup> Na política a Guiana Francesa elege um deputado e um senador para o parlamento francês.

<sup>v</sup> Juntos foram criados, além do território de Fernando de Noronha, de 1942, o do Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (Rondônia), Ponta Porã e Iguazu. Esses dois últimos posteriormente retornariam ao Mato Grosso do Sul e ao Paraná respectivamente.

## BIBLIOGRAFIA

AROUCK, Ronaldo de Camargo. *Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construção de alteridades*. Belém: NAE/Ed. da UFPA, 2002.

PROCÓPIO, Argemiro. A Amazônia Caribenha. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, n. 50, 2007.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende; SILVA, Paulo Rogério de Freitas e SENHORAS, Elói Martins. *A Geografia das Relações Internacionais de Cidades-Gêmeas: Um estudo de caso da zona fronteiriça Brasil – Guiana*. Boa Vista: Ed. da UFRR, 2012.

LIMA, Erick Cavalcanti Linhares. *Política Externa do Vizinho Distante: Estudo de Caso da Republica Cooperativa da Guiana*. Brasília, Tese de Doutorado, Unb, 2011.

REIS, Arthur Cesar Ferreira. A Ocupação Portuguesa do Vale Amazônico. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, vol. 1, tomo 1, 1985.

BOXER, Charles. *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

DALY, Vere. *A Short History of the Guyanese People*. Macmillan-Caibbean, 1975.

REIS, Arthur César Ferreira. A Ocupação de Caiena. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, tomo II, vol. I, 1985.

MARIN, Rosa Elizabeth de Acevedo. Prosperidade e Estagnação de Macapá Colonial: As experiências dos colonos. In: GOMES, Flavio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Amazônia Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Ed. da UFPA, 1999.

GOMES, Flávio dos Santos. Fronteiras e Mocambos: O Protesto Negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Amazônia Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Ed. da UFPA, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

QUEIROZ, Jonas Marçal. História, Mito e Memória: o Cunani e outras Repúblicas. In: GOMES, Flavio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Amazônia Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Ed. da UFPA, 1999.

CARRICO, Christopher. As Relações entre Akawaio e europeus durante o período colonial holandês na Guiana. In: GOMES, Reginaldo e IFFIL, Vanessa (orgs.). *Dos Caminhos Históricos aos Processos Culturais entre Brasil e Guyana*. Boa Vista: Editota da UFRR, 2011.

COSTA, Emilia Viotti. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue. A Rebelião dos Escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DRUMMOND, José Augusto e PEREIRA, Mariângela de Araújo Povoas. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico*. Rio de Janeiro: Gramond, 2007.

LEAL, Maura. Integração, nacionalização e povoamento nas margens do território nacional. In: CAMBRAIA, Paulo; LOBATO, Sidiney, SANTOS, Dorival; OLIVEIRA, Augusto e AMARAL, Alexandre (orgs.). *Do Lado de Cá: Fragmentos de História do Amapá*. Belém: Editora Açai, 2011.

SANTOS, Fernando Rodrigues. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do jananismo*. Macapá: Editora Gráfica O Dia, 1998.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. *A Herança dos Descaminhos na Formação do Estado de Roraima*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2003.

SILVA, Altiva Barbosa. Roraima: Singularidades de um Território Fronteiriço no Contexto da Geopolítica Regional. In: MARTINS, Estevão Chaves (org.). *As Relações Internacionais na Fronteira Norte do Brasil*. Boa Vista; UFRR. 2012.

GOMES, Reginaldo A Presença Holandesa na Amazônia Caribenha entre os séculos XVI e XVII: da Costa Selvagem ao Rio Branco. In: GOMES, Reginaldo e IFFIL, Vanessa (orgs.). *Dos Caminhos Históricos aos Processos Culturais entre Brasil e Guyana*. Boa Vista: Editota da UFRR, 2011.

GOMES, Reginaldo. O Rio Branco no Contexto da Amazônia Caribenha: aspectos da colonização européia entre o século XVI e XVIII. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (org.). *As Relações Internacionais na Fronteira Norte do Brasil*. Boa Vista; UFRR. 2012.

GRANGER, Stéphane. Guiana Francesa entre França e Brasil: Da Colonização a Continentalização. In: PORTO, Jadson e SOTTA, Eleneide (orgs.). *Reformatações Fronteiriças no Platô das Guianas: (re) territorialidades de cooperações em construção*. Rio de Janeiro: Publit, 2011.